



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0002543-68.2016.8.26.0566
 Classe - Assunto: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
 Documento de Origem: CF, OF - 806/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 326/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Indiciado: JOSE EDMAR SALVADOR

Réu Preso

Aos 10 de junho de 2016, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu JOSE EDMAR SALVADOR, acompanhado de defensora, a **Drª Valeria Balthazar - 115408/SP**. A seguir foi o réu interrogado, ouvidas duas testemunhas de acusação e uma testemunha de defesa. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª Promotora:** "MM. Juiz: JOSÉ EDMAR SALVADOR, qualificado a fls.09, foi denunciado como incurso no art.33, *caput*, da Lei nº11.343/06, porque em 06.03.16, por volta de 18h10, na Rua Riskala Hadade, 1541, Parque Sisi, em São Carlos, trazia consigo, para fins de venda e comercialização, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 29 (vinte e nove) cápsulas contendo em seu interior cocaína, pesando 23,5g, e 13 (treze) trouxinhas de maconha, pesando 16,0g, drogas acondicionadas de forma a pronta entrega a consumo de terceiros, substâncias que determinam dependência física e psíquica. **A ação é procedente**. A materialidade está comprovada pelos laudos de fls.123 e 125, fotos de fls.114/115, depósito de R\$70,00 em moeda corrente a fls.129/130. Apesar da negativa do réu em relação ao tráfico e em relação também ao porte da droga, os policiais foram firmes em afirmar que encontraram o réu no local dos fatos (conhecido como ponto de tráfico) logo em seguida ao momento em que o mesmo dispensou a droga mencionada na denúncia. Atitude do réu, ao fugir da polícia assim que a mesma chegou é típica de quem queria se desfazer da droga e tentar a fuga. O réu é primário e não tem passagens policiais e não teria nenhum motivo para querer fugir da polícia, se só tivesse realmente R\$70,00 em seu poder. Além do mais, a quantidade de droga é considerável e não seria crível que estivesse no local dos fatos, jogada além do valor da mesma. As fotos também indicam que as drogas não tinham aparência de que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

estavam em estado de abandono. O policial Izomar foi sincero ao dizer que não viu o exato momento em que o réu dispensou a droga até porque a mesma poderia estar com dinheiro no bolso da bermuda, ressaltando-se que o dinheiro estava em diversas notas. As circunstâncias em que os fatos ocorreram, assim como os depoimentos dos policiais deixam evidente de que o réu estava em poder da droga e tentou o quanto pode dispensa-la para evitar a sua prisão. Tanto o réu como os policiais não se conheciam e estes últimos não teriam nenhum motivo para incriminar o réu indevidamente. Ante o exposto, requeiro a condenação do réu nos termos que postulado na denúncia, ressaltando-se que o réu é primário (fls.144/145), devendo ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento de pena. **Dada a palavra à DEFESA:**“MM.Juiz, o acusado não é culpado pelo crime em que é imputado. É apenas usuário de drogas e o local em que foi encontrado com os policiais para adquirir as mesmas, já é conhecido como sendo “boca de fumo”. O mesmo estava no local apenas para comprar e consumir a substância. O dinheiro que foi encontrado com o acusado é de origem lícita, pois trabalha como cabelereiro conforme depoimento da testemunha de fls., e atendeu a mesma no dia dos fatos. Diante da insuficiência de provas, não há como imputar ao acusado a autoria da prática do tráfico de drogas, de forma que nos termos do artigo 386, inciso V e VII, do CPP, o juiz deverá absolvê-lo. Caso Vossa Excelência não vislumbre a ideia da absolvição, requer seja desclassificada a conduta prevista na denúncia para a conduta prevista no artigo 28 da lei 11.343/06. O acusado é primário, de bons antecedentes e possui residência fixa. Assim, ao acusado deve ser deferida a conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e ainda que seja a pena fixada no mínimo legal. com base na presunção de inocência, requer em caso de recurso que o acusado responda o processo em liberdade, até o trânsito em julgado da r.sentença. Termos em que pede deferimento. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“JOSÉ EDMAR SALVADOR, qualificado a fls.09, foi denunciado como incurso no art.33, *caput*, da Lei nº11.343/06, porque em 06.03.16, por volta de 18h10, na Rua Riskala Hadade, 1541, Parque Sisi, em São Carlos, trazia consigo, para fins de venda e comercialização, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 29 (vinte e nove) cápsulas contendo em seu interior cocaína, pesando 23,5g, e 13 (treze) trouxinhas de maconha, pesando 16,0g, drogas acondicionadas de forma a pronta entrega a consumo de terceiros, substâncias que determinam dependência física e psíquica. Recebida a denúncia (fls.158), após notificação e defesa preliminar, foi realizada hoje, audiência de interrogatório, inquirição de duas testemunhas de acusação e uma de defesa. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação do réu nos termos da denúncia; a defesa pediu a absolvição por insuficiência de provas e, subsidiariamente, a desclassificação para o crime do artigo 28 da lei de tóxicos, com restritiva de direitos e recurso em liberdade. **É o relatório. D E C I D O.** A materialidade do crime está provada pelos laudos de fls.123 e 125. O réu foi visto pelos policiais quando estava em conhecido ponto de tráfico. Segundo Izomar Moreira não era possível saber se ele estava conversando com alguém ou não, mas é certo que correu. O ato de fugir chamou a atenção dos policiais. O policial Izomar corre atrás dele e viu quando, ao pular uma cerca de madeira e arame farpado, o réu caiu e permaneceu caído. Foi então que o policial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

encontrou “bem do lado dele, a droga e o dinheiro. O dinheiro caiu e espalhou. Eram diversas notas”. Tal descrição é compatível com a situação de quem, praticando tráfico, foge ao ver a polícia. Não houvesse a fuga e o encontro das drogas e do dinheiro quando da queda do réu, a situação seria outra. Entretanto, com este quadro delineado, ficou evidente que o réu teve o intuito de subtrair-se à ação policial, e para isso tinha um motivo, o de evitar o encontro das drogas por ele trazidas consigo. Eram vinte e nove cápsulas de cocaína e treze papелotes de maconha, mais o dinheiro. Embora o réu negue a acusação e a testemunha de defesa diga que ele, naquele Domingo, a atendeu como cabeleireiro na parte da manhã, recebendo R\$100,00, o certo é que os fatos aconteceram por volta de 18h10 e o réu foi encontrado em ponto conhecido como de tráfico, numa situação que, segundo os policiais, indicava a prática do ilícito. Não fosse assim, o réu não precisaria fugir. E foi uma fuga que só terminou quando o réu caiu, ou seja, havia efetivamente a vontade de impedir o encontro por parte dos policiais. Nessas circunstâncias, em que a quantidade de droga não apenas o porte para uso próprio, mas o intuito comercial, a condenação é de rigor. Não há insuficiência de provas para a responsabilização penal. Tampouco é caso de desclassificação para o crime do artigo 28 da lei de drogas, destacando-se que no interrogatório o réu admitiu esse porte. O réu é primário e de bons antecedentes. Faz jus a redução da pena pelo tráfico privilegiado, nos termos do artigo 33, §4º, da lei 11.343/06. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** José Edmar Salvador como incurso no art.33, *caput*, c.c. art.33, §4º, da Lei nº11.343/06. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, calculados cada na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Reconhecida a causa de redução do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06, reduzo a sanção em 2/3, **perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e (08) oito meses de reclusão, mais 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, calculados cada um na proporção anteriormente definida**. Inviável a concessão do sursis ou pena restritiva de direitos, porque não são suficientes para a adequada responsabilização penal proporcional, nos termos dos artigos 77, II e 44, III, do Código Penal. As duas medidas, no caso concreto, são insuficientes para a reprovação e prevenção, individual e geral, contra a prática de novas infrações. Cabe ressaltar que o tráfico é crime que afeta duramente a sociedade, potencializando a violência e a criminalidade. Causa prejuízo à vida normal da comunidade. Por isso, envolve culpabilidade maior e incompatível com o sursis ou a pena restritiva de direitos. Observa-se, ainda, o grande número de casos de tráfico em andamento na justiça paulista, que continua a receber considerável número de novos casos, indicando que não há redução nesse tipo de infração. A sociedade continua atingida pela difusão do uso de entorpecentes, com todas as notórias consequências para a insegurança. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, com a redação atual do artigo 2º, §1º, da lei 8.072/90, também considerado proporcional, necessário e adequado para a hipótese concreta, no intuito da reprovação e prevenção contra a prática de novos delitos. Justifica-se também esse regime à luz do artigo 33, §3º, do CP, ainda que fosse considerada inconstitucional, nesse particular, a lei


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

8.072/90. O tráfico de entorpecente é delito que favorece o aumento da violência e da criminalidade, além de afetar a saúde pública. Regime mais brando não é compatível com a necessidade de garantir a proporcional e adequada sanção. Não é suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não representa adequado desestímulo ao ilícito, particularmente no caso de tráfico de drogas. Justifica-se custódia cautelar para garantia da ordem pública, também por todas essas razões e por aquelas mencionadas a fls.59. O réu, portanto, não poderá apelar em liberdade. Comunique-se o presídio onde se encontra o réu. Custas na forma da lei. **Comunique-se a presente decisão ao E.TJSP, com cópia integral da sentença, para complemento das informações mencionadas as fls. 84/85.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensora:

Ré(u):